



A TRANSVERSALIDADE DO TRANSFEMINISMO NAS CIÊNCIAS

LA TRANSVERSALIDAD DEL TRANSFEMINISMO EN LAS CIENCIAS

THE CROSS-CUTTING CHARACTER OF TRANSFEMINISM IN SCIENCE

Isabela Figueiredo da Rosa¹
Janes Specht Marchand da Silva²
Angélica Conceição Dias Miranda³

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar a interseção entre transfeminismo e ciência, analisando como as discussões de gênero impactam a produção de conhecimento. A pesquisa qualitativa foi realizada no Portal de Periódicos da Capes, utilizando o termo de busca “Transfeminismo AND ciência”, resultando na seleção de sete artigos que abordam essa temática. As seções da pesquisa incluem a introdução aos feminismos e suas críticas às estruturas de opressão, uma análise da construção e desconstrução de gênero e uma discussão sobre a visibilidade e inclusão das identidades trans. Enfatiza-se a necessidade de uma ciência mais inclusiva que incorpore vozes trans, destacando o transfeminismo como um agente transformador. Conclui-se que é essencial romper estereótipos de gênero e promover uma inclusão mais ampla nas práticas acadêmicas e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Transfeminismo. Ciência. Gênero. Inclusão. Identidade.

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo investigar la intersección entre transfeminismo y ciencia, analizando cómo las discusiones de género impactan la producción de conocimiento. La investigación cualitativa se realizó en el Portal de Periódicos de la Capes, utilizando el término de búsqueda “Transfeminismo Y ciencia”, resultando en la selección de siete artículos que abordan ese tema. Las secciones de la investigación incluyen una introducción a los feminismos y su crítica de las estructuras de opresión,

¹ Mestra em Educação em Ciências. Universidade Federal do Rio Grande, Rio grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Bacharel em Biblioteconomia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

³ Pós-doutorado em Educação em Ciências. Professora na Universidade Federal do Rio Grande. Universidade Federal do Rio Grande, Rio grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

un análisis de la construcción y deconstrucción del género y una discusión sobre la visibilidad e inclusión de las identidades trans. Se enfatiza la necesidad de una ciencia más inclusiva que incorpore las voces trans, destacando el transfeminismo como agente transformador. Se concluye que es fundamental romper con los estereotipos de género y promover una inclusión más amplia en las prácticas académicas y sociales.

PALABRAS CLAVE: Transfeminismo. Ciencia. Género. Inclusión. Identidad.

ABSTRACT

The present study aims to investigate the intersection between transfeminism and science, analyzing how gender discussions impact the production of knowledge. The qualitative research was carried out on the Capes Periodicals Portal, using the search term “Transfeminism AND science”, resulting in the selection of seven articles that address this topic. Sections of the research include an introduction to feminisms and their critique of structures of oppression, an analysis of the construction and deconstruction of gender, and a discussion of the visibility and inclusion of trans identities. The need for a more inclusive science that incorporates trans voices is emphasized, highlighting transfeminism as a transformative agent. It is concluded that it is essential to break gender stereotypes and promote broader inclusion in academic and social practices.

KEYWORDS: Transfeminism. Science. Gender. Inclusion. Identity.

Introdução

Ao longo do século XX, especialmente a partir da década de 1960, com a emergência dos movimentos feministas, questões de gênero começaram a ser discutidas de forma mais crítica. O feminismo da segunda onda foi crucial para problematizar a noção de gênero como construção social, diferenciando-o do sexo biológico. Assim, Audre Lorde *et al* (2019) esclarece que a luta contra as injustiças de gênero foi o principal foco da segunda onda do feminismo, fazendo parte de um projeto político mais amplo que criticava fortemente as estruturas capitalistas. As feministas compreendiam que a opressão de gênero estava ligada a outros tipos de dominação, como imperialismo, racismo, homofobia e desigualdade de classes, acreditava-se que a emancipação das mulheres exigiria uma mudança significativa na sociedade que incluísse a resolução de questões não apenas de gênero, mas também de outras lutas sociais.

A ciência também começou a ser criticada por reforçar os estereótipos de gênero, muitas vezes vendo os corpos masculinos como a norma e os corpos femininos como submissos. Então, as feministas começaram a desafiar a ideia de que as diferenças

de gênero são meramente biológicas e imutáveis, revelando o papel da socialização, da cultura e da política na formação da identidade de gênero. Simone de Beauvoir (2014) relata que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, argumentando que o gênero é uma construção cultural e histórica, assim, a autora considera que ao se tornar uma mulher, seu corpo passa por um processo de adaptação à noção histórica de "mulher", tornando-se um signo cultural.

Paradoxalmente, Teresa de Lauretis (1987) argumenta que a construção de gênero também acontece através de sua desconstrução, onde o processo se manifesta em discursos que tratam o gênero como uma simples representação ideológica, tanto no feminismo quanto fora dele. Para a autora a representação do gênero é uma construção que ocorre através de várias tecnologias e discursos institucionais que influenciam o significado social e promovem representações de gênero, além de considerar o gênero como uma “questão radical para a teoria feminista” (Teresa de Lauretis, 1987, p. 231). Entende-se que o gênero molda as relações entre homens e mulheres, além de estabelecer comportamentos e papéis específicos, frequentemente privilegiando os homens. Essa construção social também impacta nos recursos e oportunidades, criando desigualdades econômicas, educacionais e profissionais, percebe-se que a feminilidade é desvalorizada, perpetuando a opressão das mulheres e limitando suas vozes, direitos e acessos a espaços de poder e decisão.

Judith Butler (1990), uma das principais teóricas do movimento *Queer*, acredita que o gênero não é uma essência fixa, mas uma performance, algo que fazemos e repetimos em resposta às normas sociais, ela desafia a clara distinção entre homens e mulheres e questiona a heteronormatividade. Ela defende que essas normas estabelecem um campo ontológico que marginaliza corpos que não se encaixam nos ideais de masculinidade e feminilidade e busca desnaturalizar essas concepções para ampliar as possibilidades de expressão de gênero.

Para Richard Miskolci (2017) enquanto o movimento mais antigo defendia a homossexualidade aceitando os valores hegemônicos, os *queer* criticam esses valores, mostrando como eles engendram as experiências da abjeção da vergonha, do estigma. Richard Miskolci (2017) afirma que

Na perspectiva do poder opressor, os sujeitos lutam contra o poder por liberdade, enquanto na do poder disciplinar, a luta é por desconstruir as normas e convenções culturais que nos constituem como sujeitos.

Nesse sentido, a teoria *queer* desestabilizou tanto as categorias de gênero quanto de sexualidade, sugerindo que ambas são fluidas e sujeitas a mudanças culturais e históricas. A ideia de que a sexualidade e o gênero são construções sociais não apenas desafiou as bases da ciência tradicional, mas também abriu caminho para uma maior aceitação de identidades sexuais e de gênero não normativas.

Já no século XXI, os estudos de gênero e sexualidade ganharam maior espaço acadêmico e político, muitas vezes, em resposta às mudanças sociais e ao ativismo LGBTQIAPN+ o desenvolvimento de novas tecnologias, como as redes sociais, por exemplo, oferecem espaços de visibilidade, apoio e conexão, levantando novos questionamentos sobre a relação entre biologia, gênero e sexualidade. Sendo assim, o aumento da visibilidade de identidades trans e não-binárias trouxe novos desafios e complexidades para a ciência.

Atualmente a comunidade se identifica como LGBTQIAPN+ que segundo Teresa Teixeira (2021) representa: lésbica (L) mulher que se sente atraída afetiva e/ou sexualmente por mulheres, gay (G) pessoa que se sente sexual e/ou emocionalmente atraída por pessoas que se identificam com o mesmo sexo/gênero, bissexuais (B) pessoa que se sente atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas identificadas com o mesmo e com diferentes sexos/gêneros, transgêneros (T) indivíduos que não se identificam com o gênero associado ao sexo que lhes foi atribuído à nascença, *queer* (Q) representa forma de designação e/ou identificação que critica e resiste às noções essencialistas de identidade, intersexos (I) pessoa com um conjunto de características sexuais que não encaixam nos conjuntos de características sexuais expectáveis das categorias binárias de sexo/gênero atribuído à nascença, assexuais (A) as pessoas revelam pouca ou nenhuma atração sexual por qualquer pessoa independentemente da sua identidade/identificação quanto ao gênero, pansexuais (P) pessoa que se sente atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas, independentemente de atribuições e/ ou identificações quanto a sexo/gênero. Esses são apenas alguns conceitos que a sigla representa na literatura existente, existem muitas outras definições que atualmente já são utilizados.

O símbolo "+" abrange outras identidades não mencionadas, reconhecendo a diversidade sexual e de gênero. Para Geraldo Moreira (2022)

Desta feita, cada uma das letras da sigla LGBTQIAPN+, bem como seu caractere aditivo, representa um grupo de pessoas da sociedade que sofre distintas violências simplesmente pelo fato de não se adequarem àquilo que foi normatizado como correto na sociedade, isto é, a ideia cisgêneraheterossexual imposta!

A comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta uma realidade marcada por conquistas significativas, mas também por desafios persistentes. Há uma crescente aceitação e visibilidade, refletida em avanços legais, como a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a proteção contra a discriminação. Contudo, essa progressão é acompanhada por uma resistência em diversas sociedades, onde a violência e a discriminação contra essas pessoas continuam a ser problemas graves.

Vale ressaltar que homofobia e transfobia foram criminalizadas e caracterizadas como forma de racismo, esses crimes estão cabíveis à Lei nº 7.716/1989. A Lei Maria da Penha atualmente também pode ser aplicada em casos de violência contra travestis, pois ela abrange **qualquer pessoa** que sofra violência doméstica ou familiar, as agressões físicas, também podem ser enquadradas em diferentes tipos de crimes, como lesão corporal, tentativa de homicídio, entre outros, dependendo da gravidade do ato.

O transfeminismo emerge como uma interseção entre o feminismo e os direitos trans, propondo uma crítica às normatividades de gênero e questionando as categorias rígidas que muitas vezes delimitam a identidade. Não limitando-se apenas a ideia de um sistema binário, busca-se ampliar a compreensão das diversas formas de vivenciar o gênero, valorizando as experiências das pessoas trans como centrais nas discussões feministas e desafiando as normas estabelecidas pela sociedade e pela produção acadêmica.

Nesse sentido a autora Letícia do Nascimento (2021) esclarece a importância da pluralidade do feminino e elucida que é fundamental reconhecer que o feminismo não se limita a uma única experiência, mas abrange uma diversidade de vivências e teorias. Falar de "mulheres" no plural e de "feminilidades" não é apenas um *slogan*, mas um reflexo das múltiplas demandas políticas e sociais dentro do movimento. Essa pluralidade de experiências, embora diversas, conecta-se por meio de estruturas comuns de opressão, como o patriarcado, o machismo e o sexismo, que historicamente têm subjugado as mulheres de diferentes formas. Enfatizando a fluidez do gênero e a necessidade de inclusão, Rudá Alves (2023, p. 30) propõe uma revisão das categorias rígidas que orientam a ciência, oferecendo uma perspectiva mais inclusiva e diversa para a produção de conhecimento sobre corpos e identidades.

A utilização dos prefixos “cis” e “trans” buscam desnaturalizar o processo colonial de construção do gênero e visibilizar os processos sociais de criação do gênero. Essa visão centrada no sujeito cisgênero como padrão de humanidade impacta de maneira negativa nos direitos trans. Um mundo em que a cisgeneridade é colocada como central e padrão da humanidade e do

direito é uma visão de mundo e do direito que exclui e marginaliza pessoas trans.

Com a ideia de investigar o transfeminismo nas ciências, esse artigo tem o objetivo de pesquisar e analisar de forma qualitativa os artigos científicos que discutem a interseção entre transfeminismo e ciência, identificando as principais abordagens, críticas e contribuições do tema à produção científica. Anna Carolina Jardim e Viviane Pereira (2009) ressaltam que a pesquisa qualitativa permite um aprofundamento da compreensão de realidades específicas, como grupos sociais ou organizações. Os pesquisadores que utilizam essa abordagem rejeitam a ideia de um modelo único de pesquisa aplicável a todas as ciências, defendendo que as ciências sociais possuem suas particularidades, o que exige uma metodologia própria e adequada às suas especificidades.

Transfeminismo

O transfeminismo surge como uma vertente dentro do feminismo, focado na integração das questões de gênero trans numa luta feminista mais ampla. Desafia as exclusões que algumas correntes que impõem desconsiderar as experiências trans, o que gera tensões significativas dentro dos movimentos feministas.

Essas disputas revelam o caráter plural e, por vezes, contraditório do feminismo, onde as diferentes perspectivas sobre identidade de gênero e os direitos das pessoas trans se confrontam. O transfeminismo reconhece a centralidade das vivências trans e busca reconfigurar o feminismo para ser inclusivo e mais justo com todas as identidades de gênero.

Com isso, para Nascimento (2021) o transfeminismo não busca fragmentar o feminismo, mas sim torná-lo mais diverso, ao analisarmos minuciosamente a história do movimento, notamos que ela é caracterizada por batalhas e resistências de diversos grupos, incluindo mulheres cis, brancas, negras, travestis, transexuais, feministas socialistas, anti-imperialistas, lésbicas, latino-americanas, afro-americanas, indígenas, indivíduos não binários e *queer*. Essas várias contribuições enriquecem o feminismo, ressaltando que, mesmo com a variedade de experiências, há metas compartilhadas que precisam ser fortalecidas. Ana Paula Hining e Maria Toneli (2023) corroboram que

O transfeminismo, herdeiro desses movimentos de contestação do sujeito do feminismo, mostra como a cisgeneridade é uma construção social presumida cujo efeito é o apagamento das pessoas trans e a naturalização do gênero das

peças cisgêneras. Há certas versões de feminilidade e masculinidade que são consideradas mais naturais e verdadeiras que outras, e o transfeminismo, ao usar a cisgeneridade como operador analítico, tem por objetivo problematizar a ontologia de gênero que fundamenta a naturalização das categorias “mulher” e “homem”, uma vez que essas não são autoevidentes, mas ficções normativas cujo modo de funcionar deve ser colocado sob análise.

Romper com as normas de gênero é um ato de resistência, que coloca o indivíduo em uma posição de grande vulnerabilidade, especialmente em um país como o Brasil, segundo a Agência Brasil (2024) em 2023 houve 155 mortes de pessoas trans no Brasil, sendo 145 casos de assassinatos e dez que cometeram suicídio após sofrer violências ou devido à invisibilidade trans.

A pressão social para se conformar aos papéis tradicionais de “homem” e “mulher” não apenas limita a liberdade de expressão de identidade, mas coloca em risco a vida daqueles que ousam desafiar essas expectativas. Essa realidade destaca a urgência de um movimento que promova a aceitação e proteção das pessoas trans, garantindo seus direitos à existência e segurança em um ambiente mais inclusivo.

Vale lembrar que os feminismos são lugares de luta e de disputa de espaço, em que mulheres vem tentando serem ouvidas e respeitadas independentes de todas as questões que as rodeiam. Por exemplo, as obras de Djamila Ribeiro (2018) que sofrem ataques apenas por se tratar de uma mulher negra que busca democratizar o conhecimento acadêmico em discussões de raça, gênero e classe social através do feminismo negro. Abordar uma representação positiva e respeitosa das pessoas trans, por exemplo, na mídia, na cultura e nas redes sociais é essencial para compreender os diversos estereótipos e contribuir para uma aceitação mais ampla e eficaz.

Nascimento (2022, p. 550) afirma que “é necessário levar a sério, ou melhor, radicalizar essa desnaturalização para dar legitimidade política a diversas formas de mulheridade e de feminilidade que não foram designadas como do ‘sexo feminino’ ao nascer”. As epistemologias transfeministas negras ampliam a concepção de produção de conhecimento ao incorporar saberes não acadêmicos, como o pajubá (ou bajubá) — dialeto das travestis que serve como linguagem de resistência e comunicação nas ruas —, reconhecendo-o como uma forma legítima de epistemologia encarnada e cotidiana. Nascimento (2022, p. 567) ressalta que essas produções de conhecimento emergem das “trajetórias coletivas e individuais das travestis e pessoas transfemininas” e se conectam com “os atravessamentos conceituais acadêmicos”, evidenciando uma fusão entre saberes populares e acadêmicos. Essas epistemologias também confrontam correntes

feministas excludentes que negam a legitimidade das mulheres trans no movimento feminista, propondo não apenas inclusão, mas uma transformação do próprio feminismo para reconhecer as múltiplas formas de ser e existir.

Nascimento (2021) apresenta a ideia de que "precisa de uma vagina para ser mulher e/ou toda mulher que tem uma vagina é uma mulher.", não é mais cabível, uma vagina não define o que se olha no espelho, as vontades, os desejos diários que os perpassa, e para piorar, não cabe apenas ter uma vagina para ser mulher, deve-se ser branca, magra, cabelos longos e sem deficiência e com mais alguns aparatos que vão se desenhando ao longo do tempo. Sempre em busca de uma padrão para rotular, encaixar e estar sempre em busca de além de ser uma mulher, ser uma mulher “perfeita” ou “padrão”. Amanda Mattos e Maria Luiza Cidade (2016, p. 144) também corroboram que

O transfeminismo, enquanto perspectiva dinâmica de pensamento-ação, é produzido pelo protagonismo de pessoas trans, que pautam suas lutas, saberes e experiências na problematização e proposição de outras formas de conhecimento. Discute a fundo uma das matrizes normativas centrais de nossa sociedade: a designação compulsória em termos de sexo/gênero baseada na genitália de cada pessoa que nasce, produzindo e reiterando a norma cisgênera como elemento central na organização das designações e experiências dos corpos.

Há necessidade de se compreender que há "possibilidades de construção", como afirma Nascimento (2021), e de mulheridades. Vivemos em uma sociedade em que é necessário a todo o momento reafirmar que somos mulheres, temos que andar com roupas de mulheres, sapatos de mulheres, maquiagens bem feitas de mulheres, cabelos de mulheres, ter postura de mulheres e falar como mulheres, além de ter que fazer todas as atividades histórica e socialmente atribuída às mulheres. Ou seja, tem que se fazer um esforço diário para ser mulher.

Os modos que se vivenciam as mulheridades e feminilidades são diferentes, sendo muitas as possibilidades e diversidade que se pode ter de “ser mulher” e de vivenciar as mulheridades e não há necessidade de a todo o momento ter que se autodeclarar e auto padronizar.

Para Moisés Lino e Silva e Guillermo Sanabria (2023) historicamente, o termo "travesti" no Brasil era usado de forma pejorativa, muitas vezes associado à prostituição e ao crime. Frequentemente estigmatizadas como marginalizadas, envolvidas com drogas e violência, esse preconceito reflete em barreiras significativas no acesso a empregos, educação e saúde. Algumas conseguem ingressar no mercado de trabalho formal, mas, infelizmente, a discriminação persistente ainda dificulta seu

reconhecimento e acesso a oportunidades, “devido aos diversos contextos e situações em que essa identidade é reivindicada, ela pode ser encarada como uma identidade múltipla, em disputa, uma (des)identidade” (Moisés Lino e Silva; Guillermo Sanabria, 2023, p. 257).

Nos estudos de Júlio Santos (2023) relatos alegam que “[...] falavam do lugar das pessoas trans e travestis na universidade, como uma espécie de “não-lugar”, como se estivessem ali, mas não pertencessem àquele espaço. Porém, atualmente, nas universidades servem como um local de acolhimento, já que, é um dos principais locais onde se pode ser quem é, sem rotulagens e estereotipagens, onde busca-se garantir a permanência com programas de acolhimento e acompanhamento, além de auxílio psicológico quando necessário.

Sendo assim, é possível refletir sobre a visibilidade social das traves, frequentemente vistas em salões de beleza ou na prostituição, que segundo Gustavo Monzeli, Vítor Ferreira e Roseli Lopes (2015, p. 456) surge como uma alternativa que lhes proporciona autonomia e uma fonte de rendimento financeiro, porém deve-se refletir qual o motivo disso ter se tornado tão comum? E de novo aqui, as imposições da sociedade, onde tem-se que se padronizar para poder ter acesso a outros ambientes de trabalho. Por isso, o processo seletivo específico das pessoas trans para acesso às universidades, por exemplo, faz-se fundamental para que essas pessoas também garantam seus espaços em outras áreas profissionais, além da compreensão ampla e respeitosa das experiências trans na sociedade.

É preciso que essas pessoas também ocupem espaços na sociedade, já que, o patriarcado se fere quando “essas pessoas” estão em lugares de poder.

A Ciência e o Gênero

O contexto acadêmico contemporâneo é caracterizado por uma pressão intensa pela produtividade científica. Isso resulta da hiperespecialização e da aceleração das demandas de publicação e de produção de conhecimento, que são amplamente influenciadas pelos padrões globais de circulação desse conhecimento.

Rodrigo Matos-de-Souza (2022) discute o movimento de instrumentalização da universidade, onde os processos formativos e investigativos são dominados pela lógica do mercado e pela busca por resultados quantificáveis. Esse modelo não apenas

subverte a função crítica da universidade, mas também promove uma separação entre a ciência voltada para resultados imediatos e quantificáveis, e uma crítica educacional.

Esses dois modos de existência da vida universitária poderiam até coexistir, mas, para isso, também se requer o tempo de reflexão, a qual vem se retirando para a entrada do pesquisador-máquina, de produção e reprodução fabril, o paper maker gerador de índices aceitáveis e dentro dos padrões esperados para o seu tempo e investimento formativos (Matos-de-Souza, 2022).

A produção acadêmica contemporânea, caracteriza-se pelos índices de impacto e ranqueamentos, a universidade em vez de servir como um espaço de reflexão crítica e profunda, passou a priorizar a eficiência técnica e a produtividade mensurável. A crescente ênfase em métricas de desempenho tem limitado a capacidade de desenvolver novas perspectivas e questionar paradigmas, como as discussões de gênero em diferentes espaços.

O transfeminismo por se tratar de um feminismo interseccional, pode ser entendido como uma forma de desobediência epistemológica, na medida em que rompe com as epistemologias cisnormativas e biologizantes e restringem a compreensão de gênero a categorias binárias e fixas. Ao adotar essa perspectiva, o transfeminismo não apenas questiona os sistemas de poder cisnormativos, mas também confronta as estruturas epistemológicas da universidade que, por muito tempo, deslegitimaram ou marginalizaram os saberes trans. Essa forma de desobediência epistemológica se concretiza na valorização das narrativas e experiências de pessoas trans como fontes legítimas de conhecimento.

A produção científica historicamente é uma área na qual a cisnormatividade e o binarismo de gênero são reforçados e legitimados. O conhecimento científico, ao longo do tempo, tem marginalizado identidades de gênero não conformes, perpetuando visões estreitas e normativas sobre gênero e sexualidade. Esses aspectos presentes na produção científica têm consequências profundas para a sociedade, perpetuando uma cultura que deslegitima identidades trans e não-binárias. Esse conhecimento normativo é internalizado em instituições, políticas públicas e práticas clínicas, que, por sua vez, marginalizam e silenciaram vozes das pessoas que não se conformam às normas de gêneros tradicionais. Por isso, a crítica contemporânea a essas abordagens tem se articulado por meio de teorias feministas interseccionais e decoloniais, que desafiam a hegemonia das epistemologias cisnormativas e propõem uma reconfiguração do entendimento sobre gênero e sexualidade.

Joan Scott (2012) afirma que “o significado de gênero depende de quem usa a palavra, em qual contexto e para qual finalidade”. Na área da pesquisa científica, as disciplinas de psicologia, sociologia e a biologia buscam compreender e apontam que o gênero é uma construção complexa que envolve fatores biológicos, sociais e psicológicos, o que afeta a saúde das pessoas trans. Com isso, a ciência pode ajudar a derrubar mitos e preconceito como se manifestam nas vidas daqueles que estudamos.

Assim, ao questionar as narrativas dominantes e valorizar as experiências trans como formas legítimas de conhecimento, o transfeminismo se posiciona como um agente transformador capaz de desafiar não apenas as normas de gênero, mas também os próprios paradigmas da produção científica, permitindo que vozes marginalizadas sejam ouvidas e contribuam para um entendimento mais amplo e complexo de gênero e sexualidade. Esse movimento não só enriquece a produção do conhecimento, mas também abre espaço para um futuro acadêmico que valorize a crítica e a reflexão em um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Londa Schiebinger (2008) afirma que a inclusão das mulheres na ciência é importante para resultar transformações nas teorias e práticas científicas. As disciplinas acadêmicas, que surgiram nos últimos duzentos anos, são construções históricas e não naturais, e durante muito desse tempo, mulheres e minorias sub-representadas foram sistematicamente excluídas da academia. Essas divisões no conhecimento refletem uma hierarquia de poder que, ao ser desafiado, pode levar a mudanças significativas na produção e na estrutura científica. O conhecimento científico foi influenciado por normas de gênero, assim como, as mulheres e suas contribuições foram marginalizadas ao longo da história, porém, a ciência deve ser entendida como um produto social, onde devem incluir-se diferentes vozes e experiências.

Donna Haraway (2009) aponta que as noções tradicionais de objetividade e imparcialidade na produção do conhecimento são produzidas a partir de um ponto de vista específico, marcadas por contextos sociais e históricos, “a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto interpretação” (Donna Haraway, 2009, p.21), ou seja, enfatiza-se a importância de reconhecer a posição do sujeito que conhece, considerando como sua experiência e identidade influenciam sua visão do mundo.

Sandra Harding (2019) argumenta que a ciência não é uma prática neutra e objetiva, mas sim uma atividade social e ideológica que reflete as desigualdades de gênero, raça e classe. A autora critica a ideia de “ciência neutra” e mostra que as teorias

científicas muitas vezes refletem os valores e os preconceitos dos cientistas, predominantemente homens brancos e ocidentais. Ela afirma que o “[...]trabalho pós-colonial, antirracista e feminista foi marginalizado, no mínimo, na maneira como o campo apresenta a si mesmo, por exemplo, em sua série de manuais e escritos (Sandra Harding, 2019, p. 157). A marginalização desses escritos deixa claro uma tendência persistente de silenciar ou reduzir a relevância de perspectivas que desafiam as narrativas dominantes, frequentemente centradas em paradigmas patriarcais, limitando a compreensão das dinâmicas de poder, racismo, colonialismo e gênero.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa exploratória foi realizada com o intuito de reunir informações iniciais que permitissem um entendimento preliminar do fenômeno em análise. Esta fase foi fundamental para aprimorar o objeto de estudo, possibilitando estabelecer limites mais exatos, para Maria Minayo (2008, p. 171) a pesquisa exploratória

Compreende desde a etapa da construção do projeto até os procedimentos e testes para a entrada em campo. Contém a escolha do tópico de investigação, a delimitação do problema, a definição do objeto e dos objetivos, a construção de hipóteses ou pressupostos e do marco teórico conceitual, a elaboração de instrumentos da coleta de dados e da exploração do campo.

A pesquisa se enquadra como bibliográfica, pois, permite ser elaborada “a partir de material já publicado” (Cleber Prodanov; Ernani Freitas, 2013) e visa reunir, organizar e analisar contribuições teóricas e empíricas ligadas ao tema, proporcionando a formação de um base para a interpretação de resultados. A avaliação dos textos escolhidos permitiu reconhecer perspectivas existentes na literatura.

Para Rosângela Rodrigues e Patricia Neubert (2023) existe uma forma de garantir a qualidade do que chamamos de Ciência: o método científico; que a aplicação dessas formas de descoberta e certificação do conhecimento produz um estoque acumulado de resultados, que fica registrado e armazenado para consulta; e, ainda, que existe uma cultura, uma forma de agir para produzir e certificar o que pode ser chamado de conhecimento científico.

Porém a crítica feminista à ciência, em relação ao método científico tradicional, está centrada na ideia de que a ciência, historicamente, tem sido moldada modernamente como neutra, objetiva e universal, mas, na realidade, é profundamente influenciada por um viés androcêntrico. Não apenas desconsidera as experiências e

conhecimentos de mulheres e outras identidades marginalizadas, mas também construiu e legitima visões binárias e biologizantes sobre o mundo, que reduzem a complexidade das identidades e das relações humanas. Nesse contexto, a defesa do método científico entra em conflito com as propostas feministas e transfeministas que desafiam essas normas. O transfeminismo propõe a "desobediência epistemológica", citada anteriormente, que rompe os modos tradicionais de produzir e validar conhecimento.

Então, foi realizada uma revisão bibliográfica, com o objetivo de analisar e discutir artigos científicos previamente publicados sobre o tema, João Fonseca (2002) afirma que a pesquisa bibliográfica é baseada no levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas em meios escritos e eletrônicos, como livros e artigos científicos.

Essa modalidade de pesquisa é fundamental, pois permite ao pesquisador compreender o que já foi estudado sobre um determinado tema. Além disso, Angélica de Sousa, Guilherme de Oliveira e Laís Alves (2021) destacam que a pesquisa bibliográfica é primordial na construção da pesquisa científica, já que proporciona um conhecimento mais aprofundado sobre o fenômeno em estudo. Eles ressaltam que essa pesquisa utiliza diversos instrumentos, incluindo teses, dissertações, anuários e leis. Em algumas situações, a pesquisa científica pode se fundamentar exclusivamente em fontes bibliográficas, com o intuito de reunir informações e conhecimentos prévios sobre o problema em questão.

Resultados e discussões

A pesquisa sucedeu no Portal de Periódicos da Capes e o termo de busca se deu por "Transfeminismo AND ciência", foram encontrados sete artigos, sendo todos em acesso aberto e três deles revisados por pares. A busca revelou um número reduzido de estudos relevantes sobre o tema, a inclusão de todos os textos se fez necessária para garantir uma análise mais abrangente, considerando todos os trabalhos, é possível obter uma visão mais completa.

Com a aplicação de uma análise descritiva foi possível organizar informações e considerando o número reduzido de estudos, proporcionar uma visão inicial do campo. Além disso, foi possível identificar padrões, lacunas e contribuições, o que garante uma base para futuras investigações e amplia a compreensão sobre um tema ainda pouco explorado.

O quadro 1 apresenta os trabalhos que serão analisados de forma descritiva.

Quadro 1 - Trabalhos selecionados

Título	Autores/Ano	Palavras-chave	Periódico
Transfeminismo y activismos queer: emergencia y cohabitación en las fronteras de la coalición	Pablo Pérez Navarro (2019)	Coalición, separatismo, transfeminismo, activismo queer, cohabitación.	RECERCA: Revista de pensament i anàlisi
Nuevo materialismo y nueva biopolítica. Diferencia sexual y cuerpo trans	Leah Muñoz Contreras (2024)	Nuevo materialismo, biopolítica, diferencia sexual, cuerpo trans, estudios trans.	INTERDISCIPLINA
La enseñanza sexista de los deportes rugby y fútbol	Juan Casajús, Lorena Berdula (2021)	Cuerpos, Prácticas, Rugby, Fútbol, Deportes no binarios.	Educación Física y Ciencia
Coletivos ciberfeministas como fonte de informação	Luana Maia Woida (2020)	Ciberfeminismo, Fonte de informação, Coletivos Feministas, Movimento feminista	Encontros Bibli
Uma Teoria Psicológica Transfeminista: Sobrevivendo aos Escombros da Saúde Mental Brasileira	Sofia Favero, Marine Bataglin Marini (2023)	Psicologia, Transfeminismo, Clínica, Cisnormatividade.	Psicologia: Ciência e Profissão
Diferencia sexual vs (in-)diferencias queer. Las razones ontológicas de un choque socio-político	María-José Binetti (2022)	Realismo, materia, giro lingüístico, posmodernidad, trans-género.	Anuario Filosófico
Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade	Anita Loureiro de Oliveira (2018)	Mulheres, Direito à cidade, Epistemologias Feministas.	PerCursos

Fonte: as autoras (2024).

A partir do quadro 1, percebe-se que os estudos sobre o tema são recentes, com pesquisas a partir de 2018 e que despontam diferentes áreas das ciências.

Pablo Navarro (2019) explora a interseção entre agenciamento político e a produção de espaços de coalizão transfeminista e *queer* em Madrid. Sua pesquisa dialoga com teorias de Butler (1990) e outros autores sobre a importância do encontro corporal e acessibilidade nos espaços políticos. O autor analisa experiências recentes de ativismo que desafiam as normas heteronormativas e a despolitização das comunidades LGBT e discute a dinâmica entre separatismo e coabitação nas políticas de alianças, questionando os efeitos da definição de espaços "não mistos".

Leah Muñoz Contreras (2024) discute como o novo materialismo feminista, por meio do trabalho de Elizabeth Grosz sobre a diferença sexual, gera uma nova biopolítica que tende a excluir os corpos trans. Ao contrário da biopolítica médica do século XX, que buscava a assimilação, a abordagem de Grosz foca na negação e exclusão do corpo trans, caracterizando a diferença sexual como uma categoria fixa e autoevidente. Essa perspectiva ignora as vivências e transições de gênero das pessoas trans e não considera a dimensão social mediada da experiência corporal. A autora argumenta que a fenomenologia do corpo deve ser entendida como material, mas não de maneira determinista, permitindo que diferentes configurações corporais resultem em experiências semelhantes. A diferença sexual não deve ser vista como um fato imutável, mas como contextual e plástica. A plasticidade dos corpos permite que reconfigurem a diferença sexual, abrindo caminho para concepções que incluam experiências não cissexuais.

Juan Casajús e Lorena Berdula (2021) aborda a relação entre os esportes, especificamente o rugby e o futebol, e as questões de gênero no contexto do treinamento. A maioria dos treinadores e treinadoras tende a focar nas capacidades físicas (força, resistência e velocidade), negligenciando objetivos como integração, educação cívica e desenvolvimento psicomotor. Essa ênfase nas capacidades funcionais é apresentada como uma justificativa para perpetuar desigualdades de gênero. O autor propõe a criação de diretrizes colaborativas para refletir criticamente sobre as práticas de treinamento e incentivar mudanças na forma como as jogadoras e jogadores se relacionam. As questões de gênero e outras problemáticas sociais são frequentemente desconsideradas, a menos que sejam evidentes, como o bullying, o que indica uma falta de formação adequada em perspectivas de gênero e inclusividade por parte dos treinadores. O texto sugere a necessidade de revisar práticas e concepções em torno do esporte, promovendo uma aprendizagem crítica, pedagógica e inclusiva. Aborda que temas como interseccionalidade, feminismos e transfeminismos, enfatizam a

importância da inclusão, direitos humanos e igualdade de oportunidades no acesso e na prática do rugby e do futebol.

Luana Woida (2020) explora a relação entre o ciberfeminismo e a Ciência da Informação, destacando como o movimento feminista utiliza a tecnologia para disseminar informações e promover o empoderamento das mulheres. Embora a internet sirva como um espaço importante para coletivos feministas, a apropriação das tecnologias ainda é considerada menor entre mulheres em comparação com homens, especialmente em relação ao domínio de computadores. A Ciência da Informação desempenha um papel crucial nesse contexto, promovendo a compreensão da cultura informacional e incentivando o acesso e apropriação da informação pelas mulheres. O autor também menciona uma perspectiva de empoderamento que envolve a construção coletiva da consciência e resistência às opressões, enfatizando a importância do acesso à informação para que as mulheres tomem consciência de sua condição social.

Sofia Favero e Marine Bataglin (2023) discutem a interseção entre a psicologia e o feminismo trans, defendendo a necessidade de uma abordagem psicoterapêutica que reconheça e amplie as experiências das pessoas trans e travestis, em vez de se limitar a categorias binárias de gênero. A proposta de uma psicologia transfeminista envolve a incorporação de paradigmas éticos e políticos que desafiem práticas estabelecidas, como a classificação binária de sexos e as concepções restritas de "saudabilidade" em relação ao corpo. A autora sugere que essa abordagem deve incluir uma escuta crítica à cisgeneridade e fornecer suporte legal e jurídico, além de trabalhar em colaboração com outras áreas da saúde para combater a transfobia. A psicologia deve abrir espaço para narrativas que refletem a complexidade das vidas das pessoas trans.

María-José Binetti (2022) explora a tensão entre a diferença sexual e a indiferença *queer*, destacando a confrontação entre essas duas agendas políticas. Enquanto a diferença sexual busca afirmar a identidade humana em suas especificidades biológicas, a perspectiva *queer* propõe a eliminação dessa categoria, substituindo-a por uma identidade de gênero como um constructo tecno-farmacológico. Este movimento *queer*, que inicialmente surgiu à margem do sistema, agora se alinha com a indústria biomédica e tem como objetivo flexibilizar as categorias de gênero, propondo que a identidade seja moldada por contratos consensuais temporários. A autora critica a ênfase na desmaterialização das identidades, argumentando que isso perpetua a violência contra as mulheres e radicaliza as desigualdades estruturais.

Anita Loureiro de Oliveira (2018) aborda a memória e o legado de Marielle

Franco, uma vereadora e ativista assassinada no Rio de Janeiro, ressaltando a luta contínua das mulheres, em especial as negras, lésbicas e oriundas de favelas, contra a violência e a opressão. O assassinato gerou grandes mobilizações sociais, evidenciando a urgência da luta pela vida de mulheres negras e a necessidade de uma abordagem interseccional nas políticas públicas. Sua pesquisa destaca que, apesar do foco das violências contra mulheres, especialmente em um contexto urbano marcado por machismo e patriarcado, a luta feminista deve considerar a multiplicidade das experiências e desafios enfrentados por diferentes grupos, incluindo a população LGBTQI+. Além disso, uma proposta de feminismo decolonial é mencionada como uma forma de confrontar o machismo e o feminismo hegemônico, propondo uma prática política plural que reconheça as interseções entre sexismo, racismo e heteronormatividade.

A discussão das pesquisas revelam a riqueza e a complexidade das disputas tanto políticas quanto epistemológicas nos campos do feminismo, *queer* e do transfeminismo. Elas exploram diferentes perspectivas, as normatividades de gênero, sexualidade e corpo são questionadas, reconfiguradas e, por vezes, contestadas por movimentos sociais, acadêmicos e políticos.

Porém, algumas pesquisas não tratam diretamente sobre o transfeminismo, embora o termo apareça, nos estudos de Pablo Navarro (2019) e Sofia Favero e Marine Bataglin (2023) o transfeminismo é o tema central, com discussões focadas nas questões de gênero, identidade e o papel das pessoas trans dentro de movimentos feministas. No entanto, nos trabalhos de Leah Muñoz Contreras (2024), Juan Casajús e Lorena Berdula (2021), o transfeminismo é abordado de forma mais indireta, com foco em diferentes temas relacionados, mas sem um aprofundamento específico na perspectiva transfeminista. O termo "transfeminismo" surge de forma mais marginal, geralmente associado a um debate mais amplo sobre feminismo e identidade de gênero.

Sendo assim, o tema transfeminismo ser tratado de maneira marginal ou indireta implica que, embora os estudos toquem em temas pertinentes ao movimento transfeminista, eles não necessariamente abordam as questões trans de forma centralizada e específica, o que pode limitar a profundidade da análise sobre as vivências e lutas das pessoas trans e suas interseções com outras questões feministas.

Ainda assim, os trabalhos encontrados são pertinentes à análise, mesmo que nem todos abordem o transfeminismo de forma direta, já que, os textos oferecem uma ampla

gama de reflexões sobre temas relacionados a gênero, identidade, opressão e justiça social, que são fundamentais para uma análise que envolva o transfeminismo.

Considerações Finais

A partir da análise dos estudos, aponta-se que as investigações exibem a necessidade de práticas mais inclusivas, seja no ativismo político transfeminista, como também na importância de repensar as formas de resistência dentro do ativismo *queer*.

As teorias de diferença sexual excluem corpos trans e riscos biopolíticos nas novas concepções sobre materialidade e experiência corporal, na igualdade de gênero e em espaços como o esporte, por isso, busca-se a necessidade de integrar uma perspectiva de gênero e diversidade na formação e prática esportiva.

A tecnologia e a informação no empoderamento feminino, também são discussões feministas identificadas como fundamentais, já que, promovem a inclusão sobre gênero que desafiam categorias tradicionais. Pode-se destacar o reconhecimento das experiências trans, como desafiadoras às normas binárias e que a diferença sexual é como uma força criativa e transformadora, que emerge da relação com o outro.

É indiscutível a construção de uma comunidade humana diversa e igualitária, voltada a desorganizar práticas que perpetuam a marginalização e o sofrimento de indivíduos trans. Jorge Álvarez-Díaz (2009) afirmou que o livre exercício dos direitos sexuais e reprodutivos ainda não é uma realidade, em especial para essas pessoas. A ciência tem sido gradualmente desafiada a reconhecer e incorporar essas diversidades, ao mesmo tempo que movimentos sociais demandam políticas públicas inclusivas e maior representatividade.

Portanto, é necessário enfatizar a desconstrução de gêneros restritivos e desafiar estereótipos que afetam tanto mulheres cis quanto trans. Além disso, promover discussões mais inclusivas sobre identidades de gênero é crucial, assim como garantir que o movimento feminista inclua ativamente as vozes e perspectivas das pessoas trans. A ciência pode ajudar a validar essas experiências e a fundamentar as reivindicações por igualdade, reconhecendo que as lutas feministas buscam a equidade de gênero em todas as suas formas.

O movimento transfeminista ao se conectar com a ciência propõe novas formas de enxergar o mundo, questionando ideias tradicionais que muitas vezes sustentam sistemas opressores. Busca-se construir uma ciência mais inclusiva, que reconheça e

valorize as vivências e os saberes de pessoas historicamente marginalizadas, o movimento defende uma abordagem que respeite a diversidade e promova mudanças sociais, tornando a ciência mais justa e representativa. Para Alice Pagan (2020, p. 17) “precisamos repensar os pilares dessa ciência, precisamos transicionar a ciência para uma perspectiva que considere a feminilidade do afeto”.

A promoção de uma ciência inclusiva não é apenas uma questão ética, mas também uma oportunidade transformadora para enriquecer o conhecimento acadêmico, incorporar diferentes perspectivas e não hegemônicas, permite a desconstrução de normas rígidas que limitam a produção científica, proporcionando um campo mais amplo para a experimentação de novas ideias e abordagens. Além disso, fortalece a diversidade de vozes e gera uma compreensão mais completa e representativa da realidade, promovendo uma maior equidade no acesso ao conhecimento e na formulação de políticas públicas. Ao acolher diferentes vivências e saberes, a ciência torna-se mais plural, dinâmica e capaz de responder às complexidades de um mundo multifacetado.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil registrou 145 assassinatos de pessoas trans no ano passado. 2024.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-registrou-145-assassinatos-de-pessoas-trans-no-ano-passado>. Acesso em: 26 nov. 2024.

ÁLVAREZ-DÍAZ, Jorge Alberto. ¿La maternidad de un padre o... la paternidad de una madre? **Transexualidad, reproducción asistida y bioética**. Gaceta Médica de México, México, DF, v. 146, n. 2, p. 151-157, 2009. Disponível em: anmm.org.mx/GMM/2009/n2/68_vol_145_n2.pdf. Acesso em: 24 set. 2024.

ALVES, Rudá Nunes. **Tumulto e segregação trans: a (cis)normatividade de gênero e o judiciário brasileiro nos casos dos banheiros**. 2023. 116 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/48582>. Acesso em: 24 set. 2024.

BINETTI, Maria José. Diferencia sexual vs (in-)diferencias queer. Las razones ontológicas de un choque socio-político. **Anuario Filosófico**, v. 55, n. 2, p. 203-232, 21 jun. 2022.

BUTLER, Judith; TROUBLE, Gender. Feminism and the Subversion of Identity. **Gender trouble**, v. 3, n. 1, p. 3-17, 1990.

CASAJÚS, Juan; BERDULA, Lorena. La enseñanza sexista de los deportes rugby y fútbol. **Educación Física y Ciencia**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. e170, 2021. DOI:

10.24215/23142561e170. Disponível em:

<https://efyc.fahce.unlp.edu.ar/article/view/efcye170>. Acesso em: 26 set. 2024.

CONTRERAS, Leah Muñoz. Nuevo materialismo y nueva biopolítica. Diferencia sexual y cuerpo trans. **INTER DISCIPLINA**, [S. l.], v. 12, n. 32, p. 205–230, 2024.

DOI: 10.22201/ceiich.24485705e.2024.32.86928. Disponível em:

<https://www.revistas.unam.mx/index.php/inter/article/view/86928>. Acesso em: 26 set. 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.

FAVERO, Sofia; MARINI, Marine Bataglin; SENNA, Ariane. Uma Teoria Psicológica Transfeminista: Sobrevivendo aos Escombros da Saúde Mental Brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e243741, 2023.

FONSECA, João José Saraiva da. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. João José Saraiva da Fonseca, 2002.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 26 nov. 2024.

HARDING, Sandra. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo de Sandra Harding. **Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência**, n. 5, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/emconstrucao/article/view/41257>. Acesso em: 26 nov. 2024.

HINING, Ana Paula Silva; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 1, p. e83266, 2023.

JARDIM, Anna Carolina Salgado; PEREIRA, Viviane Santos. **Metodologia Qualitativa: é possível adequar as técnicas de coleta de dados aos contextos vividos em campo?** Universidade Federal de Lavras: Lavras, MG, 2009. Disponível em:

<https://cursodegestaoelideranca.paginas.ufsc.br/files/2016/03/Artigo-sobre-Pesquisa-Qualitativa.pdf>. Acesso em: 27 set. 2024.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**. 1987. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5673685/mod_resource/content/4/DE%20LAURETIS%2C%20Teresa.%20A%20Tecnologia%20do%20G%C3%AAnero%20%281987%29.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.

LINO E SILVA, Moisés; SANABRIA, Guillermo Vega. **Glossário de (des) identidades sexuais**. Brasil, 2023. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39439>. Acesso em: 26 nov. 2024.

LORDE, Audre *et al.* **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.

MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo. A desobediência epistemológica da pesquisa (auto)biográfica -: outros tempos, outras narrativas e outra universidade. **Revista UFG**, Goiânia, v. 22, n. 28, 2022. DOI: 10.5216/revufg.v22.72988. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/72988>. Acesso em: 27 set. 2024.

MATTOS, Amanda Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 132-153, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Autêntica, 2017.

MONZELI, Gustavo Artur; FERREIRA, Vítor Sérgio; LOPES, Roseli Esquerdo. Entre proteção, exposição e admissões condicionadas: travestilidades e espaços de sociabilidade. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 23, p. 451-462, 2015. Acesso em: 27 set. 2024.

MOREIRA, Geraldo Eustáquio. Por trás do monograma do movimento LGBTQIAPN+: vidas, representatividade e esclarecimentos. **Revista Temporis[ação]**, [S. l.], v. 22, n. 02, p. 20, 2022. DOI: 10.31668/rta.v22i02.13262. Disponível em: [POR TRÁS DO MONOGRAMA DO MOVIMENTO LGBTQIAPN+: VIDAS, REPRESENTATIVIDADE E ESCLARECIMENTOS | Revista Temporis\[ação\] \(ISSN 2317-5516\) \(ueg.br\)](https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/72988). Acesso em: 27 set. 2024.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021. Disponível em: <https://dlivros.com/livro/transfeminismo-leticia-nascimento>. Acesso em: 27 set. 2024.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheridades múltiplas. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 35, n. 77, p. 548–573, set. 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/eh/a/DGJb8snh5xr44yXVwvgRDSB/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2025.

NAVARRO, Pablo Pérez. Transfeminismo y activismos queer: emergencia y cohabitación en las fronteras de la coalición. **RECERCA. Revista de Pensament i Anàlisi**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 151–172, 2019. DOI: 10.6035/Recerca.2019.24.2.8. Disponível em: <https://www.e-revistas.uji.es/index.php/recerca/article/view/3595>. Acesso em: 26 set. 2024.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade. **PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 111–140, 2018. DOI: 10.5965/1984724619402018111. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724619402018111>. Acesso em: 26 set. 2024.

- PAGAN, Alice. Entre o bélico e o diplomático: transicionar a ciência como possibilidade de humanizar a educação ambiental. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 7, n. Especial, p. 1–19, 2020. DOI: 10.47401/revisea.v7iEspecial.14387. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/14387>. Acesso em: 26 nov. 2024.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. Editora Companhia das Letras, 2018.
- RODRIGUES, Rosângela Schwarz; NEUBERT, Patricia da Silva. **Introdução à pesquisa bibliográfica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2023. 137 p.
- SANTOS, Júlio César de Oliveira. HACKEAMOS A UNIVERSIDADE. **Revista Teias** v, v. 24, n. 73, 2023.
- SCHIEBINGER, Londa. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 15, p. 269–281, 2008.
- SCOTT, Joan W. *et al.* Os usos e abusos do gênero. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 45, 2012.
- SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 27 set. 2024.
- TEIXEIRA, Teresa *et al.* **Isto não é um glossário: in/definições de gêneros e sexualidades**. 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/136001/2/492883.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.
- WOIDA, Luana Maia. Coletivos ciberfeministas como fonte de informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 25, p. 01–24, 2020. DOI: 10.5007/1518-2924.2020.e70464. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e70464>. Acesso em: 26 set. 2024.

Recebido em dezembro de 2024.

Aprovado em março de 2025.